

# O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO XLII - 09 DE NOVEMBRO DE 2018



## APOSENTADORIA NA MIRA DO GOVERNO

Veja nesta edição:

**2** Editorial:  
Moro: o juiz-artilheiro

**3** Luta contra reforma da Previdência  
é próximo desafio dos trabalhadores

**4** Mariana:  
três anos de lama e luta



## EDITORIAL

### Moro: o juiz-artilheiro

Imagine uma dura partida de futebol, valendo um título importante. Num jogo tenso e truncado, o resultado se mostra incerto. O árbitro, claramente mal intencionado, passa a relevar jogadas mais duras de uma das equipes e marcar faltas bobas para a outra.

Como se diz no jargão do futebol, o juiz estava comprado. Como uma parte boa da torcida estava do seu lado, o juiz decidiu já logo expulsar o camisa 10 de um dos times, em um lance sem qualquer infração. Na TV, sua atuação imparcial não pareceu incomodar o comentarista de arbitragem: "Segue o jogo!"

Curiosamente, depois de tanto esforço para alterar o resultado da partida pelo apito, o árbitro parece ter tomado gosto pelo jogo. Diante de uma mídia cúmplice e de uma torcida organizada tão fanática, o juiz não pensou duas vezes: largou o apito, roubou a bola e agora também quer fazer gol.

Essa partida maluca, por mais que pareça tão surreal, não é um mero exercício da nossa imaginação. O embarque de Sérgio Moro no projeto político de Jair Bolsonaro é só mais um capítulo de uma longa novela real, recheada de imparcialidades e perseguições jurídicas. Qualquer semelhança com a realidade, portanto, não é mera coincidência.



## INFORMES

### Brigada petroleira conquista adiamento da votação de projeto que entrega o pré-sal

Representantes da FUP e de seus sindicatos conseguiram na última quarta-feira (7) o adiamento da votação de urgência do Projeto de Lei Complementar 078/2018 no Senado. O projeto autoriza a venda de 70% dos cinco bilhões de barris de petróleo do pré-sal, que a Petrobrás adquiriu em 2010 através do Contrato de Cessão Onerosa, cujas reservas excedentes podem chegar a 15 bilhões de barris de óleo e gás.

Os petroleiros percorreram os gabinetes do Senado, alertando os senadores sobre os imensos prejuízos que o projeto causará à Petrobrás e ao País se for aprovado. Desde a semana passada, a bancada governista tenta colocar o projeto em pauta para que seja votado em regime de urgência.

De autoria do deputado federal José Carlos Aleluia (DEM-BA), o texto do PLC 78 já foi aprovado a toque de caixa na Câmara dos Deputados em junho, sem qualquer debate nas comissões.

### Petrobrás atrasa pagamento da PLR de aposentados que trabalharam em 2017

Cerca de 175 ex-empregados da Petrobrás ainda não receberam o pagamento da PR 2017, de acordo com documento enviado à FUP na última terça-feira (6). Segundo a empresa, o atraso se deu devido a problemas que demandam análise individual e liberação manual de cada pagamento, que deve ser concluído até o final deste mês.

Para os trabalhadores que desejam entrar em contato com o departamento de Recursos Humanos, está disponível o telefone 0800-287-2267. A direção da FUP continuará cobrando para que os devidos pagamentos sejam realizados.

## CALENDÁRIO 2018

### NOVEMBRO

**10 e 11:** Curso de Realidade Brasileira, no Sindipetro/MG;

**11:** Primeiro Fórum Mineiro - BRCidades. De 08h às 19h, no galpão da Ocupação Pátria Livre (Rua Pedro Lessa, 535 - Pedreira Prado Lopes);

**12 a 14:** Reuniões da Direção da FUP, no Rio de Janeiro;

**15:** Dia da Proclamação da República;

**20:** Dia da Consciência Negra;

Diretoria Colegiada: Alas Castro, Alexandre Finamori, Aluizio Castro, Anselmo Braga, Carlos Roberto, Cristiane Reis, Cristiano Almeida, Edson Ferreira, Eduardo de Sousa, Felipe Pinheiro, Joaquim Monteiro, Julionor Quintela, Leopoldino Martins, Letícia Staela, Márcia Nazaré, Edna Vieira, Orlando Carlos, Osvalmir de Almeida, Paulo Valamiel, Ronaldo Marques, Salvador Cantão, Thiago Marinho, Vinícius Costa e Wender Destro.

Redação, revisão e diagramação: Nathália Barreto - 3426/ES e Thais Mota - 15616/MG

Av. Barbacena, 242 - Bairro Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-130 - Tel.: (31) 2515-5555 - Fax (31) 2535-3535.

www.sindipetromg.org.br - sindipetromg@sindipetromg.org.br



# LUTA CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA É PRÓXIMO DESAFIO DOS TRABALHADORES



Não serão poucas as lutas a serem travadas para evitar a retirada de direitos ou o retrocesso no País com o governo eleito para governar o Brasil até 2022. Mas tudo indica que a primeira luta dos trabalhadores será contra a Reforma da Previdência.

Ao longo dos últimos dois anos, a classe trabalhadora não se furtou de sair às ruas e conseguiu, entre outras conquistas, barrar a aprovação da Reforma da Previdência de Michel Temer (MDB), que previa inicialmente idade mínima de 65 anos para homens e mulheres se aposentarem, além de 25 anos de contribuição. Já para garantir 100% do benefício, seriam necessários 49 anos de tempo de contribuição.

O projeto original foi alterado e voltou ao Congresso prevendo idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens e redução de 25 para 15 anos de contribuição (como é hoje).

Porém, manteve a impossibilidade do acúmulo de pensão e aposentadoria (com exceção para os casos em que ambos os benefícios forem equivalentes a um salário mínimo cada), além da redução da pensão por morte para 50%, acrescida de 10% por beneficiário até 21 anos, e da revisão do

cálculo das aposentadorias. No entanto, não houve clima para aprovação antes das eleições.

Agora, com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL), o tema voltou a rondar o noticiário.

Não é possível afirmar o que realmente planeja o presidente eleito, mas já foi ventilado na imprensa que seria interessante aprovar antes de sua posse a reforma proposta por Temer. Assim, evitaria-se o possível desgaste que esse tema trará ao início de seu mandato.

Em seu plano de governo, Bolsonaro propôs adotar o modelo de capitalização para a previdência brasileira - uma reforma que difere completamente da que tramita no Congresso. A proposta se assemelha muito a uma previdência privada e, atualmente, só existe no Chile - onde foi implantada ainda na década de 1970 pelo então ditador Augusto Pinochet.

No caso chileno, até o ano passado, não havia contribuições do governo ou dos empregadores e as taxas cobradas pelas Administradoras de Fundos de

Pensão (AFP) eram bastante elevadas, fazendo com que 90,9% dos aposentados recebessem menos de 149.435 pesos (cerca de R\$ 694,08), quase metade do salário mínimo do País, que é de 264 mil pesos (em torno de R\$ 1.226,20).

No entanto, após uma série

de protestos da população chilena, justamente em razão dos valores recebidos pelos beneficiários, o sistema tem passado por algumas reformas.

Outro problema desse modelo é a exclusão de parte considerável da população que trabalha no mercado informal. Se transportado para o Brasil, as consequências seriam ainda maiores tendo em vista que o País tem hoje, segundo pesquisa divulgada em setembro pelo IBGE, 11,5 milhões de trabalhadores sem carteira assinada. Além disso, temos ainda 12,5 milhões de desempregados e 23,5 milhões de trabalhadores por conta própria - que muitas vezes não contribuem com o sistema previdenciário.

Segundo o técnico do Dieese na subseção da CUT Minas, Frederico

Melo, apesar de ainda não estar claro o que pretende o governo eleito acerca da Previdência, é possível afirmar que o sistema da capitalização agrava a situação da população mais vulnerável e atende a interesses dos grandes bancos.

“Além de reproduzir a desigualdade social, uma vez que só os trabalhadores com os mais altos salários conseguirão contribuir de maneira satisfatória, é um modelo que interessa às entidades financeiras já que terão fundos expressivos para a realização de especulações e ainda vão lucrar com a cobrança de taxas administrativas dos beneficiários”.

Frederico Melo ressaltou ainda que qualquer das reformas aprovadas tende a ser prejudicial ao trabalhador, na medida que isola a Previdência Social de outras pastas e a coloca como uma despesa pública. “A previdência deveria ser encarada como uma política pública, assim como outras políticas públicas do Estado. Mas, quando se trata a previdência de maneira focalizada, a tendência mais forte é sempre de redução de benefício ou aumento dos requisitos para se obter a aposentadoria. No caso da proposta em tramitação no Congresso, se tem as duas coisas juntas”, afirmou.



# RESULTADOS DA PETROBRÁS COMPROVAM QUE CRISE ERA CONJUNTURAL E NÃO ESTRUTURAL

**B**eneficiada por indicadores externos, como a valorização dos preços do barril de petróleo e a subvenção do diesel pelo Governo Federal, a Petrobrás fechou o terceiro trimestre de 2018 com um lucro líquido de R\$ 6,64 bilhões. Apesar do valor ter caído 34% em relação ao trimestre anterior, a Petrobrás já acumula R\$ 23,6 bilhões de lucro em 2018.

Os resultados positivos da empresa são reflexo, principalmente, do aumento de 81% do preço do barril de petróleo, registrado entre 2017 e de 2018. “Como vínhamos avisando, a crise pela qual a Petrobrás passou foi eminentemente conjuntural e não estrutural, como alegavam os gestores

e o mercado para tentar justificar as privatizações”, afirma o coordenador da FUP, José Maria Rangel. “O caminho para a recuperação da empresa é retomar os investimentos e não o contrário. Os resultados da companhia refletem isso”, destaca.

O lucro da Petrobrás neste terceiro trimestre poderia ter sido maior, não fossem os R\$ 3,5 bilhões que a empresa despendeu com os acordos judiciais firmados em setembro com os Estados Unidos para encerrar investigações do Departamento de Justiça (DOJ) e Securities & Exchange Commission (SEC).

Assim como no trimestre anterior, o resultado da companhia também foi impulsionado pela ampliação da sua

participação no mercado de derivados (o volume de vendas aumentou 2,9%), principalmente em função do subsídio do diesel. “Com o preço subsidiado, a Petrobrás ocupou o espaço das importadoras de derivados e, por outro lado, recebeu um montante compensatório de subvenção na ordem de R\$ 1,6 bilhão neste terceiro trimestre”, explica Rodrigo Leão, diretor técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Ineep).

Outro fator que tem sido determinante para os resultados positivos da Petrobrás é a alta produtividade do pré-sal que, em setembro, atingiu a marca de 1,783 milhão de barris de óleo equivalente por dia - o que re-

presenta 55,8% de toda a produção brasileira.

Não à toa, o segmento de Exploração e Produção (E&P) da empresa registrou lucro operacional de R\$ 12,3 bilhões nesse trimestre, um aumento de 190% em relação ao mesmo período de 2017. Além disso, só o E&P consumiu 89% dos R\$ 32,3 bilhões de investimentos feitos pela Petrobrás ao longo do ano.

Ou seja, os resultados positivos deste terceiro trimestre demonstram que a Petrobrás tem plenas condições de ampliar seus investimentos, aumentar a produção e coordenar o mercado de derivados brasileiros, como defendem a FUP e seus sindicatos.

## Mariana: três anos de lama e luta

Em 5 de novembro de 2015, um crime ambiental sem precedentes marcou a história do povoado de Bento Rodrigues, no interior de Minas Gerais, e de outras cidades ao longo dos rios Gualaxo do Norte e Doce, se tornando o maior acidente ambiental do Brasil. Às 16h, sem nenhum alerta, a barragem de Fundão, pertencente à mineradora Samarco - do grupo Vale/BHP Billiton - se rompia levando consigo casas, histórias e vidas.

Ao todo foram derramados 62 milhões de metros cúbicos de lama na natureza - destruindo o meio ambiente por onde passou - cerca de 650 quilômetros que separam Mariana da foz do Rio Doce, no município de Linhares, no Espírito Santo.

A tragédia deixou 19 mortos (entre moradores e funcionários da empresa) e centenas desabrigados. Ela foi lembrada em um evento realizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) nos dias 4 e 5 de novembro em Mariana, na região central de Minas. Além de rememorar a tragédia e denunciar a impunidade dos responsáveis, o evento também abordou a situação dos atingidos.

Segundo a diretora do **Sindipe-**

**tro/MG**, Márcia Lima, que participou do evento “Encontro de Mulheres e crianças Atingidas do Rio Doce”, o debate principal ainda foi em torno das consequências “invisíveis” do crime de Mariana. “Consequências que existem, mas não estão sendo consideradas, como alcoolismo por conta do desemprego gerado pela tragédia, o aumento da violência doméstica, dos casos de depressão e de problemas diversos de saúde”.

Ainda segundo Márcia, a situação das mulheres atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão é ainda mais triste. Relatos apresentados no evento demonstram que elas são as mais prejudicadas, pois não recebem o mesmo valor a título de “indenização” destinados aos homens pela Fundação Renova, criada pela Samarco para reparar os prejuízos causados pelo rompimento da barragem.

“Outro fato muito debatido foi que os homens foram cadastrados e as mulheres incluídas como dependente desses, recebendo 20% do valor destinado à família. Mas, muitas mulheres eram independentes em suas atividades e na questão salarial e está insustentável receber o valor que está



sendo pago hoje a elas. Muitas mulheres, com profissões na área da estética e beleza, tiveram uma queda em sua clientela em consequência da tragédia e sequer foram contempladas. Também muitas indígenas, que obtinham o sustento da pesca de mariscos, caranguejos, de colheita de fibras para fabricação dos artesanatos, não estão sendo atendidas”.

Segundo dados do MAB, do total de cadastros realizados por mulheres para o acesso a algum tipo de programa de reparação, 70% ficou sem resposta, enquanto os homens têm a

média de pelo menos 50% de resultado. “Nós somos independentes sim, trabalhamos sim! E temos os mesmos direitos que os homens, e a Renova só reconheceu eles. Nós pescávamos, lavávamos a nossa roupa, vivia no rio e a chegada da lama tá acabando com as nossas mulheres”, denunciou uma atingida do Espírito Santo.

O evento faz parte da marcha “Lama no Rio Doce: 3 Anos de Injustiça”, que percorre os mais de 650 km atingidos pela lama de rejeitos. Até o dia 14 de novembro, serão realizadas ações em 14 cidades do trecho.